

ECIPE Bulletin No. 06/2014 (*Portuguese version below*)

The Economic Impact of Marco Civil da Internet in Brazil

By Bert Verschelde, Research Associate, ECIPE (bert.verschelde@ecipe.org)

As the global economy grows increasingly digital, businesses rely on the free flow of data across borders to efficiently sell, produce and deliver their products. In Brazil, requirements introduced by the new internet regulation Marco Civil da Internet will negatively impact the economy, although last minute changes to the bill avoided worse.

Over the past few years, there has been a global proliferation of regulatory restrictions of the Internet, in particular for commercial use. With the pretext of increasing online security and privacy, some governments are now requiring mandatory storage of critical data on servers physically located inside the country, i.e. data localisation. Given the nature of today's globally interconnected economy, poorly designed national policies that increase data processing costs have a severe economic impact as many sectors of the economy rely on digitally supplied services and goods.

Marco Civil & data localisation

In Brazil, no internet or data protection regulation existed before the recently introduced Marco Civil da Internet. The bill started out its life as a crowdsourced legislative proposal in 2009. Built on the basis of two extensive online public consultations, it emphasised fundamental principles of internet freedom such as net neutrality, and hence became unique in both content and process. When the leaked NSA documents revealed that Brazilian citizens and politicians had also been subject to US surveillance, President Dilma Rousseff urged the Brazilian Congress to make Marco Civil a top priority.

Following President Rousseff's announcement however, new amendments were made to the bill, and multiple provisions related to data privacy were inserted. On top of strict consent requirements for data collection and internet users' right to be forgotten, the law now contained a clear data localisation provision, combined with the threat of heavy fines in case of non-compliance.

Although the provision did not make it to the final version of Marco Civil that was passed by the Lower House at the end of March 2014, the bill still contains a provision that stipulates that online service providers need to comply with Brazilian law when active in Brazil, even if they are based abroad. This would allow the Brazilian government to access data on their own citizens held by foreign companies through a simple court order.

Economic impact of data protection

When a new regulation restricts businesses and individuals from using data in a reasonable manner – prices of any good or service that uses data in its production also increase. Typically, data accounts for between 4 and 31% of production input in services. For example, the input costs for logistics companies increase when they can no longer process data on their customers or shipments using existing IT suppliers or infrastructure, or are faced with some compliance costs for doing so. These additional new

costs are inevitably passed on to their customers – who may be manufacturers, exporters and consumers.

Thus, increased regulation leads firstly to domestic productivity losses for the vast number of economic sectors that use data as a production input. Secondly, it creates an additional trade barrier for data processing and internet services, or any service (to a lesser extent also goods) that depends on the use of data for delivery. Thirdly, as the competitiveness of the economy changes, investments (both domestic and foreign) will be affected.

How data localisation would have impacted Brazil

In a [new research paper](#), ECIPE shows that the costs of Marco Civil are substantial for the Brazilian economy. It will decrease the country's GDP by -0.2% in 2014. If Marco Civil had introduced a cross-sector data localisation measure, as originally intended, the negative effects on GDP would have quadrupled (0.8%). It would have also had a severe impact on investment (-4.2%), as the country's competitiveness would decrease, leading jobs to shift to other economies in the region.

These findings show that the negative impact of disrupting cross-border data flows should not be ignored. The globalised economy has made unilateral trade restrictions a counterproductive strategy that puts Brazil at a relative loss to others in the region, with no possibilities to mitigate the negative impact in the long run. If Marco Civil had introduced data localisation, it would have impacted the Brazilian economy even more strongly by decreasing productivity, hampering exports and discouraging investment.

Boletim ECIPE n.º 06/2014

O Impacto Económico do Marco Civil da Internet no Brasil

Por Bert Verschelde, Research Associate, ECIPE (bert.verschelde@ecipe.org)

À medida que a economia mundial cresce de forma cada vez mais digital, as empresas contam com a livre circulação de dados além-fronteiras para venderem, produzirem e entregarem os seus produtos de modo eficiente. No Brasil, os requisitos impostos pela nova regulação da Internet, conhecida como Marco Civil da Internet, irão afectar a economia negativamente, embora as alterações de última hora ao projecto-lei tenham evitado consequências mais graves.

Ao longo dos últimos anos, restrições para regular a Internet têm-se multiplicado globalmente, sobretudo para fins comerciais. Com o pretexto de tentarem melhorar a segurança e a privacidade *online*, alguns governos estão agora a exigir o armazenamento obrigatório de dados críticos em servidores fisicamente localizados no interior dos respectivos países, ou seja, exigem a localização dos dados. Tendo em conta a interdependência global da economia na actualidade, qualquer política nacional mal concebida que aumente os custos de processamento de dados terá um grave impacto económico, uma vez que muitos sectores da economia dependem de serviços e de bens fornecidos de forma digital.

Marco Civil & localização de dados

No Brasil, não existia nenhum estatuto que regulasse a Internet ou a protecção de dados antes do recém-introduzido Marco Civil da Internet. O projecto-lei nasceu em 2009 através de uma proposta legislativa que seguiu um modelo de *crowdsourcing*. Alicerçado em duas extensas consultas públicas em linha, o projecto-lei dava ênfase aos princípios fundamentais da liberdade na Internet, nomeadamente a sua neutralidade. Desta forma, tornou-se único tanto no conteúdo como no processo. Quando os documentos secretos da NSA vieram à público e se descobriu que cidadãos e políticos brasileiros também tinham sido vigiados pelos EUA, a presidente Dilma Rousseff instou o Congresso brasileiro a fazer do Marco Civil uma prioridade.

Contudo, após o anúncio de Dilma Rousseff, foram feitas novas alterações ao projecto-lei e adicionadas várias disposições relacionadas com a privacidade de dados. Além de requisitos rigorosos de consentimento para a recolha de dados e dos direitos dos utilizadores de Internet de serem «esquecidos», a lei passava a conter uma disposição clara sobre a localização de dados, em conjunto com a ameaça de multas pesadas em caso de incumprimento.

Embora a disposição legal não tenha chegado à versão final do Marco Civil que foi aprovada pela Câmara dos Deputados no final de Março de 2014, o projecto-lei continua a incluir uma cláusula que determina que os prestadores de serviços *online* são obrigados a cumprir a

legislação brasileira quando tiverem actividade no Brasil, mesmo que estejam sediados no estrangeiro. Isso permitiria ao governo brasileiro, através de uma simples ordem judicial, aceder a dados sobre os seus próprios cidadãos empregados por empresas estrangeiras.

Impacto económico da protecção de dados

Quando uma nova lei impede empresas e indivíduos de utilizar dados de uma forma razoável, os preços de qualquer bem ou serviço que utilize dados na sua produção também aumentam. Geralmente, os dados representam entre 4% e 31% dos factores de produção de serviços. Por exemplo, os custos de factores de produção para empresas de logística aumentam quando estas deixam de poder processar dados relativos aos seus clientes ou ao transporte utilizando fornecedores ou infra-estrutura TI já existente, ou quando são confrontados com alguns custos de cumprimento para o fazer. Estes custos adicionais são inevitavelmente transferidos para os seus clientes - que podem ser fabricantes, exportadores e consumidores.

Desta forma, o aumento da regulação leva, em primeiro lugar, a perdas de produtividade nacional para o grande número de sectores económicos que utilizam dados como factores de produção. Em segundo lugar, cria uma barreira adicional para o comércio de serviços de processamento de dados e de Internet, ou para qualquer outro serviço (mercadorias, por exemplo, mas em menor escala) que dependa do uso de dados para entrega. Em terceiro lugar, dado que a competitividade da economia se altera, os investimentos (nacionais e estrangeiros) serão afectados.

Como a localização de dados teria afectado o Brasil

O ECIPE mostra, [num novo estudo](#), que os custos do Marco Civil são substanciais para a economia brasileira. O PIB do país será afectado em -0,2% em 2014. Se o Marco Civil tivesse adoptado uma medida de localização de dados transsectorial, como inicialmente previsto, os efeitos negativos sobre o PIB teriam quadruplicado (0,8%). A medida teria também um grave impacto sobre o investimento (-4,2%), visto que a competitividade do país diminuiria, desviando empregos para outras economias da região.

Fica assim demonstrado que o impacto negativo da perturbação dos fluxos de dados transfronteiras não deve ser ignorado. A economia globalizada tem feito das restrições comerciais unilaterais uma estratégia contraproducente que coloca o Brasil em desvantagem em relação a outros países da região, sem hipótese de mitigar o impacto negativo a longo prazo. Se o Marco Civil tivesse incluído a localização de dados, o impacto na economia brasileira teria sido ainda mais forte, diminuindo a produtividade, dificultando as exportações e desencorajando o investimento.